



A

DATA DA REUNIÃO: ONZE DE JUNHO DE DOIS MIL E CATORZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

PRESÍDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR, JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

VEREADOR ENG. MANUEL LUCIANO DA COSTA GOMES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE A PARTIR DA ALÍNEA C) DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

HORA DE INÍCIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS E CINCO MINUTOS.-----



SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) O senhor presidente deu conhecimento dos seguintes despachos:-----

- Despacho de dois do corrente mês de junho, que delegou e subdelegou competências no senhor vereador Dr. Alberto Manuel Martins Costa;-----

- Despacho da mesma data, que delegou competências na diretora do departamento administrativo e financeiro, Maria Adriana Salgado Magalhães.-----

Anexa-se cópias dos aludidos despachos à presente ata.-----

b) O senhor presidente da câmara propôs que a câmara municipal aprovasse os seguintes votos de congratulações, como reconhecimento do excelente trabalho desenvolvido na área desportiva, e pelo consequente contributo para a promoção do concelho de Santo Tirso:-----

- Ao Ginásio Clube de Santo Tirso, pela subida à 1ª divisão nacional dos seniores masculinos da modalidade de Andebol;-----

- Ao Futebol Clube Tirsense, pela subida à 2ª divisão nacional do escalão juniores da modalidade de futebol e pela subida à 1ª divisão distrital do escalão iniciados, também da modalidade de futebol;-----

- À atleta Sara Moreira pela classificação alcançada a título individual (terceira classificada) na Taça da Europa de 10.000 metros, prova disputada em Skopje, na Macedónia, tendo também alcançado o 1º lugar por equipas.-----

Os votos de congratulações propostos foram aprovados por unanimidade.-----

c) A câmara deliberou, também por unanimidade, congratular-se pela condecoração atribuída pelo Presidente da República ao empresário Alberto Machado Ferreira presidente da



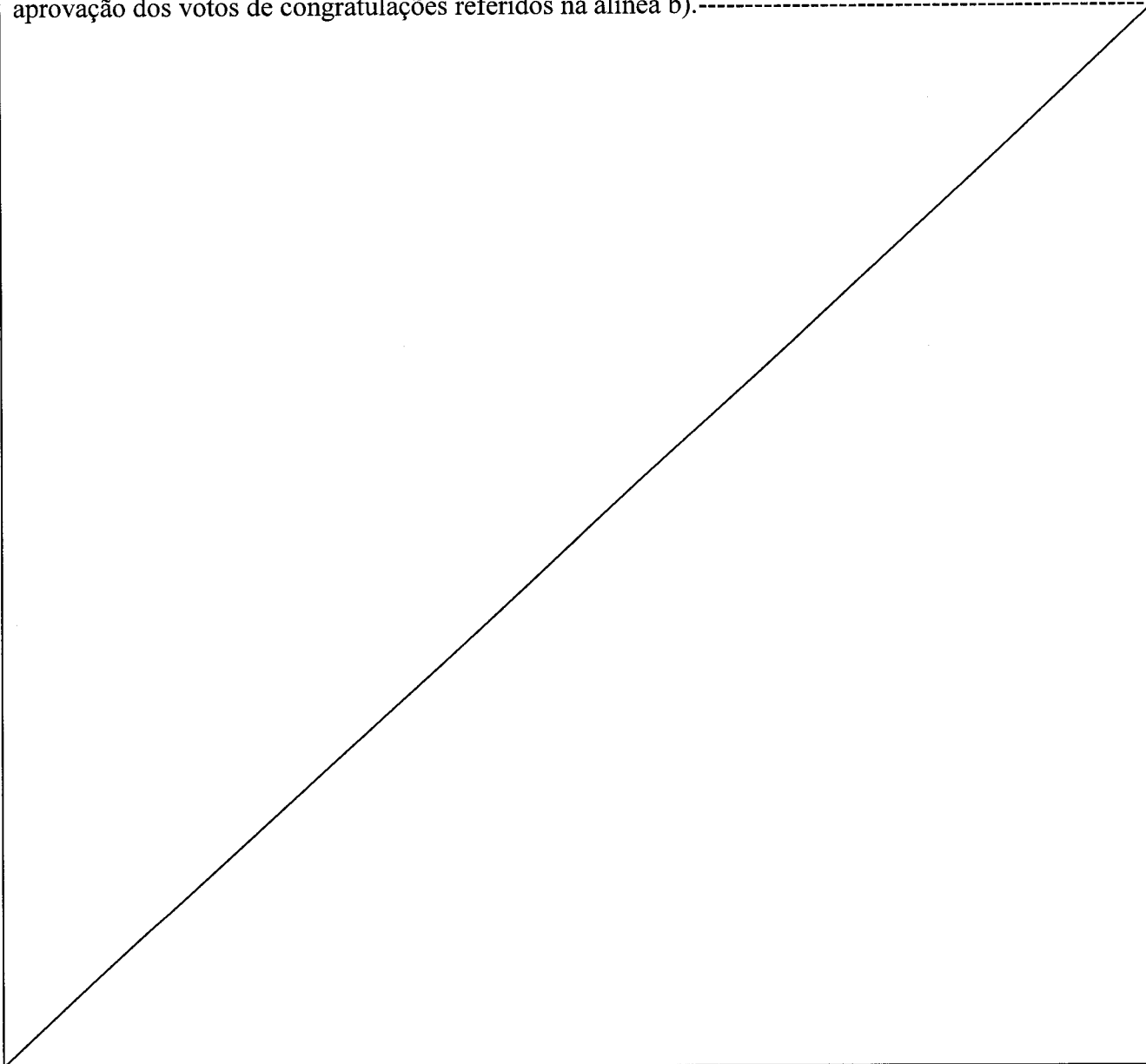
A

2

Intraplás – Indústria Transformadora de Plásticos, indústria situada no concelho de Santo Tirso, cuja produção se destina 85% à exportação.-----

Alberto Machado foi distinguido como Comendador da Ordem de Mérito Empresarial – Classe do Mérito Industrial.-----

O senhor vereador Dr. Carlos Alberto Lopes Pacheco compareceu na reunião depois da aprovação dos votos de congratulações referidos na alínea b).-----



DESPACHO

Delegação e subdelegação de competências no vereador Dr. Alberto Manuel Martins Costa

Na sequência do meu despacho de vinte e um de outubro último, alterado por despacho de dezanove de fevereiro último, que distribuiu pelos vereadores da câmara municipal, eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, funções de coordenação relativamente a algumas áreas de atuação municipal, e atenta a diversidade e amplitude dessas áreas de atuação, que me compete coordenar;-----

Considerando que na adoção de medidas de modernização administrativa, de forma a aperfeiçoar os sistemas internos de gestão, organização e funcionamento, devem ser privilegiados os mecanismos de delegação e subdelegação de competências, nos termos legalmente previstos, que propiciem respostas céleres às solicitações dos utentes e proporcionem um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais célere e desburocratizada;-----

Pelos aludidos despachos as funções de coordenação das áreas de Coesão Social (com exceção da ação social escolar; Saúde e Bem Estar; Habitação; Proteção Civil; Ambiente; Defesa do Consumidor; Serviços de Atendimento e Comunicação e Serviços Gerais foram atribuídas ao vereador Dr. Alberto Manuel Martins Costa.-----

Pelo que, ao abrigo do disposto no artº 58º, n.º 4, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e nos n.ºs. 1 e 2 do artº 36º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delego e subdelego competências no identificado vereador Dr. Alberto Manuel Martins Costa, com a faculdade de subdelegação no pessoal dirigente, nos termos legalmente previstos, conforme se passa a enunciar:----

I. COMPETÊNCIAS SUBDELEGADAS:

- a) Assegurar a execução das opções do plano e orçamento, nos domínios que lhe compete coordenar;-----
- b) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação e acordos de execução, nos termos legalmente previstos, nos domínios de atuação que lhe compete coordenar;---
- c) Praticar os atos necessários a favor da saúde coletiva e dos indivíduos, na área do município, nomeadamente através da intervenção na definição das linhas de atuação em que o município esteja diretamente interessado,



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

5

conforme previsto na base IX da Lei de Bases da Saúde (Lei 48/90, de 24 de agosto);-----

d) Articular com as entidades competentes do governo com vista à implementação das medidas necessárias à prossecução dos fins previstos na Lei de Bases do Ambiente (Lei 11/87, de 7 de abril);-----

e) Colaborar no apoio a outros programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar;-----

f) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;-----

g) Promover o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos de interesse municipal, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar, sem prejuízo da competência indelegável da câmara municipal prevista na alínea o) do nº 1 do artº 33º da referida Lei 75/2013;-----

h) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos domínios que lhe compete coordenar;-----

i) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar;-----

j) Promover a produção de conteúdos informativos e a sua disponibilização aos munícipes sobre as atividades que lhe compete coordenar;-----

k) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, em matérias cuja coordenação lhe foi atribuída;-----

l) A competência para reconhecer a existência de isenção do pagamento de taxas, nas situações previstas no nº 1 do artº 15º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, relativamente aos pedidos enquadráveis nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar;-----

m) A competência para decidir os pedidos de isenção e redução de taxas, nos casos previstos no nº 2 do artº 15º do mesmo regulamento e nas situações referidas na alínea anterior;-----

n) As seguintes competências previstas no **Regulamento do subsídio ao arrendamento**:-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

6

A

1. A competência prevista no artigo 8º do referido Regulamento, para decidir os pedidos de concessão de subsídio ao arrendamento, bem como as suas renovações anuais, nos termos previstos no respetivo Regulamento;-----
2. A competência prevista no n.º 4 do artº 11º do mesmo Regulamento, para declarar a cessação da atribuição do subsídio ao arrendamento;-----
3. A competência prevista nos nºs. 1 e 3 do artº 13º do mesmo Regulamento, para atribuição de casos especiais de subsídio;-----
4. A competência para resolver os casos omissos ou as dúvidas suscitadas na interpretação das normas constantes daquele regulamento.-----

II. COMPETÊNCIAS DELEGADAS:

- a) Executar as deliberações da câmara municipal, quando as mesmas disserem respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação;-----
- b) Assegurar o cumprimento das deliberações da assembleia municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da câmara municipal, e que digam respeito a assuntos das áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar;-----
- c) As seguintes competências previstas no D.L. 124/2006, de 28 de junho, republicado pelo D.L. 17/2009, de 14 de janeiro (estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do **Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios**):-----
 1. A competência prevista no nº 3 do artº 15º do referido decreto-lei para notificar as entidades referidas nos nºs. 1 e 2 do mesmo artigo bem como tomar a decisão de realização dos trabalhos de gestão de combustível;-----
 2. Tomar a decisão prevista no nº 10 do mesmo artº 15º, de realização dos trabalhos da responsabilidade dos proprietários e demais entidades referidas no nº 9 do mesmo artigo;-----
 3. Tomar a decisão de realizar os trabalhos de gestão de combustível previstos no nº 11 do mesmo artº 15º;-----
 4. A competência para notificar os proprietários ou as entidades responsáveis pela realização dos trabalhos de gestão de combustível, nos termos previstos no nº 3 do artº 21º do referido diploma legal e para dar conhecimento do facto à Guarda Nacional Republicana;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

7 A

5. A competência para decidir a execução dos trabalhos, por conta das entidades faltosas, de harmonia com o previsto no nº 4 do mesmo artº 21º;---

6. Assegurar a garantia da informação das zonas críticas, de harmonia com o previsto no artº 24º do mesmo diploma legal;-----

7. A competência para o licenciamento da realização de queimadas, definidas no artº 3º do mesmo diploma legal, de harmonia com o previsto no nº 2 do artº 27º do mesmo decreto-lei;-----

8. A competência prevista no nº 2 do artº 29º, para emissão de autorização prévia para a utilização de fogo de artifício ou outros artefactos pirotécnicos.

9. A competência para notificar os proprietários de árvores para que estes procedam à sua remoção, na eventualidade do município ser detentor de postos de vigia, de harmonia com o previsto no nº 5 do artº 32º;-----

10. A competência para tomar a decisão de substituição do proprietário das árvores, de harmonia com o previsto no nº 6 do mesmo artº 32º;-----

11. A competência para a prática dos atos que se mostrem necessários a assegurar a fiscalização do estabelecido no referido decreto-lei, em coordenação com as demais entidades de fiscalização legalmente previstas;

12. A competência para presidir à **Comissão Municipal de Defesa da Floresta**.-----

d) Dirigir, em articulação com os organismos da administração pública com competências no domínio da proteção civil, o **Serviço Municipal de Proteção Civil**, tendo em vista o cumprimento dos planos de emergência e programas estabelecidos e a coordenação das atividades a desenvolver naquele âmbito, designadamente em operações de socorro e assistência na eminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, tendo em consideração os objetivos, princípios e demais normas de atuação previstos na Lei de Bases da Proteção Civil (Lei 27/2006, de 3 de julho, alterada pela LO1/2011, de 30 de novembro), na lei de enquadramento institucional e operacional da proteção civil de âmbito municipal (Lei 65/2007, de 12 de novembro, alterada pelo D.L. 114/2011, de 30 de novembro), competindo-lhe, nomeadamente:-----

1. Desencadear, em situação de acidente grave ou catástrofe, ou no caso de perigo de ocorrência destes fenómenos, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt



M.021GR

8

Handwritten signature and initials.

2. Integrar, e presidir a Comissão Municipal de Proteção Civil;-----
3. Assegurar a elaboração dos planos de emergência de âmbito municipal, a aprovar pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;-----
4. Declarar a situação de alerta de âmbito municipal;-----
5. Promover as diligências necessárias com vista à integração na Comissão Municipal de Proteção Civil de representantes de outras entidades e serviços implantados no município, de harmonia com o previsto na alínea h) do artº 3º da referida Lei 65/2007;-----
6. Solicitar ao presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil a participação das Forças Armadas em funções de proteção civil na área operacional do município.-----
- e) Promover as diligências necessárias ao funcionamento do **Conselho Municipal de Segurança**, assegurando os objetivos previstos na Lei 33/98, de 18 de julho e no Regulamento do Conselho Municipal de Segurança aprovado pela assembleia municipal em 18 de maio de 2000;-----
- f) As seguintes competências previstas no **Regulamento Municipal das Habitações Sociais**, propriedade do município:-----
 1. Determinar a atribuição das habitações, nos termos regularmente previstos;
 2. A competência para a autorização prevista no nº 4 do artº 6º do referido regulamento;-----
 3. A competência para determinar a transferência do arrendatário, para outra habitação, nos termos previstos naquele regulamento;-----
 4. A competência para autorizar a transferência do arrendatário para outra habitação, a pedido daquele e nos termos previstos no artº 8º;-----
 5. A competência para isentar o arrendatário, total ou parcialmente, do pagamento de juros de mora, nos termos regulamentarmente previstos;-----
 6. A competência para autorizar a execução de obras no interior da habitação, nos termos previstos naquele regulamento, sem prejuízo dos procedimentos de controlo prévio no domínio da construção que ao caso sejam eventualmente aplicáveis;-----
 7. A competência para autorizar a transmissão da posição de arrendatário, nos termos previstos no artº 28;-----
 8. A competência para determinar o despejo imediato da habitação, nos termos previstos no nº 2 do artº 31º do referido regulamento;-----

9. A competência prevista no artº 33º, para determinar a resolução do contrato de arrendamento;-----
10. Praticar todos os atos necessários ao acompanhamento social da população realojada, com o objetivo de contribuir para a integração social das famílias, no âmbito de uma política social inclusiva.-----
- g) As competências previstas no **Regulamento do Programa Municipal de Emergência Social do Município**, nomeadamente decidir sobre os pedidos de apoio e resolver os casos omissos ou as dúvidas suscitadas na interpretação do referido regulamento;-----
- h) Praticar todos os atos da competência dos municípios previstos no **Regulamento de Funcionamento do Programa Metropolitano de Emergência Social**;-----
- i) Assegurar as medidas necessárias com vista à defesa da saúde pública, nomeadamente através da superintendência das competências do médico veterinário municipal, previstas no D.L. 116/98, de 5 de maio;-----
- j) Assegurar a prática dos atos necessários ao bom funcionamento do **Centro de Informação Autárquica ao Consumidor (CIAC)**, no âmbito das atribuições do município de defesa do consumidor, de modo a prosseguir uma política de informação e aconselhamento em questões de consumo e assegurar uma intervenção de mediação na resolução de conflitos;-----
- k) Assegurar a prática dos atos necessários ao estabelecimento de medidas de modernização administrativa, designadamente sobre acolhimento e atendimento dos cidadãos em geral, de harmonia com os objetivos e princípios de ação previstos no D.L. 135/99, de 22 de abril, nomeadamente através da coordenação do **Serviço de Atendimento e Modernização Administrativa**, sem prejuízo das competências atribuídas a outros vereadores;-----
- l) Praticar os atos necessários à administração corrente das viaturas municipais, nomeadamente autorizar pedidos de cedência dessas viaturas;----
- m) Representar o município de Santo Tirso no **Núcleo Local de Inserção** previsto no artº 33º da Lei 13/2003, de 21 de maio;-----
- n) Presidir ao **Conselho Local de Ação Social**;-----
- o) Representar o município na Direção do **Centro de Ocupação de Tempos Livres de Santo Tirso**;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

10

A

p) Presidir ao **Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal**;-----

q) Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, quando a mesma correspondência disser respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação;-----

r) Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores ou prestadores de serviços afetos aos serviços da câmara municipal, sempre que tais atos digam respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação;-----

s) A competência, nas respetivas áreas de gestão, para autorizar o pagamento de taxas ou outras receitas municipais em prestações, nas condições enunciadas no artº 18º do regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas municipais;-----

t) A competência para autorizar a prestação de trabalho extraordinário, bem como a competência para autorizar o respetivo pagamento, até aos limites legalmente previstos, de harmonia com o estipulado nos artigos 158º e seguintes do RCTFP, relativamente aos trabalhadores do município afetos às unidades orgânicas sob a sua coordenação;-----

u) A competência para autorizar as deslocações dos trabalhadores por motivos de serviço público, bem como para autorizar o correspondente pagamento de ajudas de custo e subsídio de transporte, nos termos previstos no D.L. 106/98, de 24 de abril, com as alterações subsequentes, e demais legislação aplicável, também relativamente aos trabalhadores do município afetos às unidades orgânicas sob a sua coordenação;-----

v) Autorizar o fornecimento de bens ou serviços de economato solicitados por requisição interna, destinados à prossecução das atividades inerentes às áreas sob a sua coordenação, bem como autorizar a respetiva despesa, até ao limite de 500,00 € (quinhentos euros), por ato.-----

São considerados, entre outros, bens de economato: papel para fotocópia e impressão, material de encadernação, suportes digitais, consumíveis de impressão, arquivadores para processos, e outros materiais de escritório que não sejam considerados equipamentos de escritório (imobilizado).-----

w) Visar os pedidos de fornecimento de bens e serviços não incluídos na alínea anterior, antes dos mesmos serem encaminhados para o vereador com competência delegada para a respetiva autorização.-----

Além das competências expressamente subdelegadas e delegadas, fica também delegada a competência para decidir os demais assuntos compreendidos nas áreas de gestão municipal sob a coordenação do aqui delegado, salvo quanto às matérias de competência indelegável da câmara municipal e àquelas que, nos termos do art.º 35º da referida Lei 75/2013, de 12 de setembro, e da deliberação da câmara municipal de 5 de março último, são da minha competência própria ou delegada, respetivamente, e não foram expressamente delegadas ou subdelegadas.-----

O presente despacho republica os despachos de 19 e 20 de novembro e 6 de dezembro de 2013 e 22 de janeiro de 2014 relativos à representação do município em diversas instituições da área da ação social.-----

Ficam expressamente ratificados pelo presente despacho, todos os despachos eventualmente proferidos pelo identificado vereador no período compreendido entre o dia dezasseis de outubro último e a presente data, nas matérias cuja competência agora lhe é delegada.-----

Publicite-se nos termos legais, divulgue-se pelos serviços e remeta-se à próxima reunião da câmara municipal para conhecimento.-----

Santo Tirso, 2 de junho de 2014

O Presidente,



Joaquim Couto (Dr.)

DESPACHO

Delegação de competências na Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro

Considerando que na adoção de medidas de modernização administrativa devem ser privilegiados os mecanismos de delegação de competências, nos termos legalmente previstos, de forma a propiciar respostas mais céleres às solicitações dos utentes e a proporcionar um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais desburocratizada dos serviços;-----

Considerando a possibilidade de delegação de competências no pessoal dirigente prevista no artº 38º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delego na Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro desta Câmara Municipal, Dra. Maria Adriana Salgado Magalhães, as seguintes competências:-----

1. No âmbito da coordenação da atividade da câmara municipal, no que se refere à receção e encaminhamento de correspondência, proceder à abertura, análise e distribuição de correspondência e demais expediente, dirigidas ao presidente da câmara, cabendo-lhe despachar tal expediente para os serviços respetivos ou para os vereadores com funções de coordenação ou competências delegadas/subdelegadas nas diversas áreas de gestão;-----
2. Enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, com exceção dos documentos de prestação de contas;-----
3. Assinar os pedidos de registos prediais do património imobiliário do município;-----
4. Autorizar termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade, nomeadamente livros de registo de contratos;-----
5. Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos cuja tramitação decorra pela identificada unidade orgânica;-----
6. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho dos eleitos locais, relativas a processos cuja tramitação tenha decorrido pela mesma unidade orgânica;-----
7. Praticar atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória, no âmbito dos procedimentos assegurados pela referida unidade orgânica.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

13

A

Cabem, nomeadamente, nesta competência, os seguintes atos:-----

- Pedidos de certidões à Conservatória do Registo Predial, Serviço de Finanças ou outras entidades, necessárias à instrução de atos, processos ou contratos, nos casos em que a obrigação de juntar tais certidões caiba à Câmara Municipal;-----
- Notificações aos empreiteiros e outros prestadores de serviços necessárias à celebração dos respetivos contratos, desde que previamente tenha sido notificada pelo Presidente a decisão de adjudicação;-----
- Notificações aos empreiteiros e outros prestadores de serviços para entrega de documentos necessários aos pagamentos a efetuar pela câmara municipal, nos termos legalmente previstos;-----
- Assinar ofícios da Câmara Municipal, relativos a assuntos da competência do Departamento Administrativo e Financeiro, cujo conteúdo tenha natureza meramente instrumental.-----

Pelo presente despacho fica revogado o nº1 do despacho 03 de dezembro de 2013, que delegou competências no Chefe do Gabinete de Apoio Pessoal, e alterado o meu despacho de 27 de março último que delegou competências na mesma dirigente.

Nas ausências da Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, as competências identificadas neste despacho serão exercidas pela Chefe da Divisão Jurídica e de Administração Geral, Dr^a Diana Paula Ferreira Salgado. Divulgue-se pelos serviços respetivos e publique-se nos termos legalmente previstos.-----

Santo Tirso, 02 de junho de 2014

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto



A

d) Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte declaração:---



Declaração Política

AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO NO CONCELHO DE SANTO TIRSO

Para os edis eleitos nas listas do Partido Socialista as questões do abastecimento de água e do saneamento público são assuntos da maior importância.

Foi por nós assumido o compromisso com todos os Tirsenses que nos empenháramos no sentido de que estes serviços básicos possam chegar a todas as áreas do nosso concelho. Assim, gostaríamos de informar do importante passo dado com a realização de um investimento na rede de saneamento de 3,8 milhões de euros, com a construção de 43 quilómetros de tubagem e cerca de três mil ramais domiciliários, **beneficiando, assim, mais de 10 mil habitantes.**

A ampliação da rede de drenagem de águas residuais a realizar no âmbito do contrato parceria, vai abranger, neste concurso, os seguintes pontos do concelho: Lamelas, Guimarei, Carreira, Roriz, S. Mamede de Negrelos, Areias, Palmeira e Santo Tirso.

Os concursos para a concretização das empreitadas, nas localidades referidas, já foram lançados, prevendo-se que a consignação possa decorrer dentro de três meses. **Dos 3,8 milhões de euros, a maior fatia do investimento – três milhões – serão aplicados no Vale do Leça.**

Paralelamente a esta situação, o executivo está a desenvolver esforços junto do Governo, no sentido de ver alterada a decisão que impediu um investimento de cerca de 7 milhões de euros, no âmbito do programa do POVT, para alargamento dos sistemas de abastecimento de água do Vale do Leça.

Os 3,8 milhões de euros agora investidos no saneamento fazem parte de um projeto mais amplo que prevê nos próximos anos um investimento de vários milhões de euros no Município de Santo Tirso, com a construção de uma rede, com dezenas de quilómetros, ficando o concelho com uma taxa de cobertura de mais de 95%.

Contrariamente ao que tem vindo a ser veiculado pelos Srs. Vereadores do PSD/PPM, este executivo tem como prioridade o saneamento e a rede de abastecimento de água. Em apenas 7 meses já foram feitos avanços significativos nesse sentido e se hoje não podemos anunciar um maior

A

investimento, apenas se deve ao Governo do PSD que negou essa possibilidade.

Relembramos também os Srs. Vereadores do PSD/PPM que este investimento é maioritariamente realizado no Vale do Leça.

Não pautamos a nossa atuação com atitudes alarmistas ou tentativas de mediatismo, lutamos nos sítios próprios para encontrar as soluções que melhor servem os nossos Municípios e o nosso Concelho. O nosso diálogo com o Governo continuará.

Os edis eleitos nas listas do Partido Socialista

11-06-2014



A

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11/JUNHO/2014 – ATA Nº 12

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária (27/05/2014)
- 2 – Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso para o ano de 2014 – 1ª Alteração ao Orçamento da Despesa: Ratificação
- 3 – Protocolo de Colaboração celebrado entre o município de Santo Tirso e o Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo tendo por objecto o funcionamento do Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP): Ratificação
- 4 – Proposta da 14ª alteração ao Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Santo Tirso
- 5 – Proposta de transferência de verbas para as juntas de freguesia para salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações: Reforço dos valores previstos na deliberação da câmara municipal de 18/12/2013
- 6 – Proposta de atribuição de subsídio à junta de freguesia de S. Tomé de Negrelos – Festas da Vila
- 7 – Proposta de atribuição de subsídio a Agrupamentos de Escolas e Associações de Pais para colónias de férias/2014

Santo Tirso, 5 de junho de 2014

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto



A

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (27/05/2014).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e sete de maio findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com oito votos a favor.-----



A

2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELETRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO PARA 2014 – 1ª MODIFICAÇÃO: RATIFICAÇÃO.-----

Presente officio de vinte e um de maio findo, dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, registado com o número cinco mil novecentos e três, a remeter a deliberação do Conselho de Administração de vinte e três de abril último, que aprovou a 1ª Modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento daqueles Serviços Municipalizados para dois mil e catorze, que consistiu na 1ª alteração ao Orçamento da Despesa. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a aludida deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, que aprovou a 1ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento daqueles Serviços Municipalizados, da qual se anexa cópia à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO

21

23

ATA N.º 8
269 de Abril de 2014
F 4/5

2 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2014

1ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2014

1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA

-----Presente a reunião 1ª Modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2014,

1ª Alteração ao Orçamento de despesa, que faz parte integrante desta acta. -----

-----O Conselho de Administração deliberou aprovar e remeter á Câmara Municipal. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O

ANO 2014

- **1ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO
PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2014**
- **1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA**

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				23
SERV. MUNICIPALIZADOS AGUA, ELECTRI. SANEAM		MODIFICAÇÃO NUMERO: 1	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA	NUMERO 1	DO ANO CONTABILISTICO DE 2014	DATA DE APROVAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			O B S
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
01	SEM ORGANICA					
0101	DESPESAS COM O PESSOAL					
010104	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES					
01010401	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO					
0101040102	PESSOAL EM FUNÇÕES	86.750,00		900,00	85.850,00	
010108	PESSOAL DE AGUA E SANEAMENTO	500,00	1.000,00		1.500,00	
010114	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO					
01011402	SUBSIDIOS DE FÉRIAS E NATAL	25.000,00		100,00	24.900,00	
	PESSOAL DE AGUA E SANEAMENTO					
TOTAL ...		112.250,00	1.000,00	1.000,00	112.250,00	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES			1.000,00	1.000,00		
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...						

Aprovada em reunião de _____

Em _____ de _____ de _____

O Presidente da Camara, _____

Os Vereadores:

_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____



A

3. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TOMAZ PELAYO TENDO POR OBJECTO O FUNCIONAMENTO DO CENTRO PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL (CQEP): RATIFICAÇÃO.-----

Presente informação de três do corrente mês de junho, da divisão de educação, a remeter, para ratificação de câmara municipal, o protocolo acima referido, celebrado no dia dois do corrente mês de junho, que tem por objeto estabelecer as regras de colaboração entre o município e o Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo no âmbito do funcionamento do Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) de Santo Tirso, de modo a que se possa desenvolver uma resposta aos potenciais candidatos à educação e formação de jovens e adultos.-----

Anexa-se cópia do aludido Protocolo à presente ata, que fica a constituir as subsequentes quatro folhas.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal a decisão de celebração do aludido Protocolo.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Protocolo.-----

Pelo senhor presidente e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

A

Declaração de voto

Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP)

Para os edis eleitos nas listas do Partido Socialista, a educação e a formação assumem um papel extremamente relevante no tecido social e empresarial do nosso concelho.

Neste sentido a iniciativa levada a cabo pela Câmara Municipal de Santo Tirso, que assinou na segunda-feira, dia 06, um protocolo de cooperação com o Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, no âmbito da criação do Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) do concelho, é um passo significativo na melhoria da oferta formativa em Santo Tirso.

O CQEP destina-se a todos os que procuram uma qualificação, tendo em vista o prosseguimento de estudos e/ou uma transição/reconversão para o mercado de trabalho. As ofertas de educação e formação são dirigidas a jovens com idade igual ou superior a 15 anos ou, independentemente da idade, a frequentar o último ano de escolaridade do ensino básico (9º ano), e a adultos com idade igual ou superior a 18 anos, com necessidades de aquisição e reforço de conhecimentos e competências.

A par da Câmara Municipal de Santo Tirso, outras 29 entidades do concelho assinaram um protocolo de cooperação com o Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, promotora do CQEP de Santo Tirso. O envolvimento de várias instituições no processo de divulgação do novo centro e, a articulação entre os mais diversos agentes no terreno é fundamental na persecução de objetivos que visam ajudar ao desenvolvimento do concelho.

Aqueles que se inscreverem neste CQEP poderão contar com apoio na identificação de respostas educativas e formativas adequadas ao seu perfil, tendo em conta também as necessidades do tecido empresarial, com acompanhamento no processo de reconhecimento, validação e certificação de competências e com a publicitação das ofertas de trabalho disponibilizadas pelos organismos competentes.

Pelo acima exposto, os edis eleitos nas listas do Partido Socialista votam favoravelmente este protocolo de cooperação.

Os edis eleitos nas listas do Partido Socialista

11-06-2014



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Outorgantes

Primeiro – Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, concelho de Santo Tirso, residente na Rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, Entrada n.º 2, 6.º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira e concelho de Matosinhos, o qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, e em representação do respetivo Município, pessoa coletiva territorial com o contribuinte n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado Primeiro Outorgante

Segundo – Professor Fernando Manuel de Almeida, casado, natural de Angola, residente na Rua S. José 418, freguesia de Alfena, concelho de Valongo, o qual outorga na qualidade de Presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, pessoa coletiva territorial com o número de contribuinte n.º 600 078 019, com sede na Rua Prof. Doutor Fernando A. Pires de Lima, Santo Tirso.

Pressupostos

Considerando o direito constitucional de todos os cidadãos portugueses à educação, compete ao sistema educativo conceber e implementar as estratégias necessárias que assegurem a efetiva igualdade de acesso e de sucesso à educação, tal como se encontra consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Considerando as atribuições do município na promoção do desenvolvimento, designadamente no apoio a atividades de formação profissional, previstas na alínea d) do n.º 1 do Art.º 28 da Lei 159/99, de 14 de setembro.

Considerando a qualificação de jovens e adultos uma prioridade educativa estratégica, quer no Concelho, quer no país, tal pressupõe uma ação integrada e coordenada entre as diferentes entidades participantes no sistema de ensino e formação.

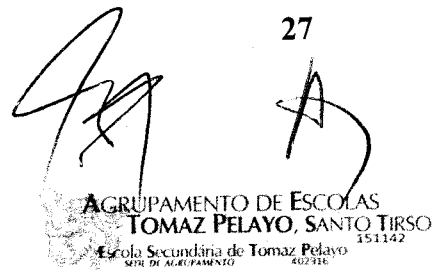
Entre o Município de Santo Tirso e o Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo é celebrado o presente protocolo, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt



Cláusula Primeira **(Objeto)**

O presente protocolo tem por objeto estabelecer as regras de colaboração entre o Município de Santo Tirso e o Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo no âmbito do funcionamento do Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) de Santo Tirso, promovido pelo Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, de modo que se possa desenvolver uma resposta aos potenciais candidatos à Educação e Formação de Jovens e Adultos.

Cláusula Segunda **(Obrigações do Primeiro Outorgante)**

Pelo presente protocolo, o Município de Santo Tirso compromete-se a:

1. Monitorizar a resposta do CQEP de Santo Tirso, do Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, aos jovens e adultos do concelho, no âmbito do Projeto Educativo Municipal;
2. Promover e divulgar o CQEP de Santo Tirso, do Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, junto do público-alvo, através dos meios à sua disposição;
3. Promover e divulgar o CQEP de Santo Tirso, do Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, junto de empresas e instituições do Concelho, de modo a promover a articulação entre as necessidades das empresas/instituições e as ofertas de educação e formação de adultos.

Cláusula Terceira **(Obrigações do Segundo Outorgante)**

Pelo presente protocolo, o CQEP de Santo Tirso, do Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, compromete-se a:

1. Fornecer à CMST, no âmbito do Projeto Educativo Municipal, os dados referentes à resposta do CQEP de Santo Tirso, do Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, aos jovens e adultos do concelho;





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

CQEP
Centros para o Qualificação
e o Ensino Profissional

28



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
TOMAZ PELAYO, SANTO TIRSO
Escola Secundária de Tomaz Pelayo 151142
N.º DE AGRUPAMENTO 402916

2. Proceder à informação, orientação e encaminhamento de jovens e adultos que procurem uma formação escolar, profissional e/ou de dupla certificação e/ou visem uma integração qualificada no mercado de trabalho;
3. Proceder ao processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – nível básico e secundário, junto da população adulta inscrita para o processo e cujas competências/vivências o justifiquem;
4. Desenvolver esforços conjuntos com a entidade parceira, no sentido de proporcionar condições favoráveis ao incremento de uma gradual qualificação da população jovem e adulta.

Cláusula Quarta
(Duração e Denúncia)

1. O prazo de vigência do presente protocolo é de um ano, a contar da data da sua assinatura, podendo ser renovável sucessiva e automaticamente, por iguais períodos de um ano, enquanto não for denunciado por qualquer das partes;
2. A denúncia será efetuada à outra parte, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de sessenta dias relativamente ao termo da sua validade ou renovação;
3. As partes podem a qualquer momento e por mútuo acordo, resolver ou rever o presente protocolo e ou respetivos anexos.

Cláusula Quinta
(Comunicações/Informações)

As comunicações entre as partes, no âmbito do presente protocolo, devem ser feitas por escrito, mediante correio eletrónico, carta ou fax e dirigidas para os seguintes endereços ou postos de receção:

Câmara Municipal de Santo Tirso

Correio Eletrónico: gap@cm-stirso.pt

Carta: Praça 25 de Abril, 4780-373 Santo Tirso

Fax: 252 856 534

SISTEMA CERTIFICADO
eiC
ISO 9001
certificação
acreditada
— IPAC —
M.022GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt



Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo

Correio Eletrónico: ce.estp@gmail.com

Carta: Rua Prof. Doutor Fernando A. Pires de Lima, 4780-531 Santo

Tirso

Fax: : 252855506

O presente protocolo foi ratificado pela deliberação camarária de ___/___/___ (item ___) e foi impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

Santo Tirso, 02 de junho de 2014.

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante



A

4. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE SANTO TIRSO – 14ª ALTERAÇÃO.-----

Presente informação da responsável pelo Serviço de Trânsito, de quatro do corrente mês de junho, registada com o número seis mil duzentos e vinte e sete, a sugerir a alteração dos artigos 6º e 7º do Regulamento Municipal de Trânsito, relativos a vias vedadas à circulação e vias de sentido único, respetivamente, nos termos que constam da proposta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas.-----

A proposta de alteração tem a fundamentação constante da aludida informação técnica e contempla intervenções em três áreas da cidade: Praceta do Alto da Feira, Rua do Jornal de Santo Tirso e Rua do Tapado, e uma quarta intervenção nos acessos ao Centro de Saúde de Areias.-----

Na Praceta do Alto da Feira será implementado o trânsito proibido, permitindo-se o mesmo apenas a moradores e a comerciantes, para realização de cargas e descargas, suprimindo-se também o estacionamento.-----

Na Rua do Jornal de Santo Tirso será implementada a circulação de sentido único, desde a Rua do Penedo até à Rua da Portela.-----

Na Rua do Tapado será igualmente implementado o sentido único, permitindo-se a circulação rodoviária apenas no sentido desde o entroncamento das Ruas de Ângelo Andrade e Dr. João Gonçalves até à Rua do Casal Velho.-----

Na intervenção dos acessos ao Centro de Saúde de Areias, será implementado o sentido único nas Ruas de Santiago, Luís de Camões e Rua Antero Quental.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a referida proposta de alterações ao Regulamento Municipal de Trânsito e implementar a alteração prevista para a Praceta do Alto da Feira, com a colocação imediata da respetiva sinalização, pelas razões de facto referidas na aludida informação técnica e ao abrigo do disposto nos números 1 e 2 do artigo 32º do Regulamento Municipal de Trânsito, remetendo-se a presente deliberação à próxima sessão



A

ordinária da assembleia municipal.-----

Sem prejuízo da proposta que antecede, a presente proposta de alteração deve ser submetida a inquérito público, pelo período de trinta dias, a efetuar nos termos legalmente previstos.

Anexa-se à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, a referida informação, com a fundamentação das alterações propostas.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do PPD/PPM sinalizam esta alteração ao trânsito, nomeadamente no ponto 1.4. da informação técnica – sentido único nas Ruas de Santiago, Luís de Camões e de Antero de Quental, em Areias - e que tem subjacente a possibilidade do TUST finalmente, e depois de muita reivindicação nossa, e vários meses depois, servir os cidadãos da zona de Além Rio, que se deslocam àquele equipamento que disponibiliza serviços de saúde”.-----

Seguidamente, pelo senhor presidente da câmara e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

A

Declaração de voto

Alteração do Regulamento Municipal de Trânsito

A presente proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Trânsito tem por objetivo estabelecer novas regras referentes ao ordenamento do trânsito em parte das vias do domínio público municipal.

Pretende-se assim regular de forma mais eficaz a circulação, paragem e estacionamento nestas vias públicas, melhorando a qualidade de vida dos nossos Municípios.

As alterações propostas incidem em três áreas da cidade de Santo Tirso: Praceta do Alto da Feira, Rua do Jornal de Santo Tirso e Rua do Tapado, e uma quarta intervenção nos acessos ao Centro de Saúde de Areias.

Estas alterações serão apenas o início de um processo que, no nosso entender, deve ser dinâmico. Procuraremos avaliar o impacto e as necessidades destas alterações, sempre no intuito de melhorar as condições de mobilidade no nosso concelho, servindo assim cada vez melhor os nossos municípios.

Pelo acima exposto, os edis eleitos nas listas do Partido Socialista votam favoravelmente esta alteração do Regulamento Municipal de Trânsito.

Os edis eleitos nas listas do Partido Socialista
11-06-2014



PROPOSTA DE DÉCIMA QUARTA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE SANTO TIRSO

- 1- À redação do Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Santo Tirso, aprovado pela Assembleia Municipal em 11 de dezembro de 1996, com a redação dada por aquele órgão deliberativo nas reuniões de 22 de setembro de 1997, 26 de dezembro de 2002, 23 de setembro de 2003, 28 de junho de 2004, 14 de outubro de 2004, 28 de setembro de 2006, 28 de junho de 2007, 27 de setembro de 2007, 25 de fevereiro de 2009, 27 de Abril de 2011, 12 de setembro de 2012, 17 de dezembro de 2012 e 28 de fevereiro de 2013 são introduzidas as seguintes alterações:

1.1 Aditar ao artigo 6.º, n.º 1, alínea a):

SANTO TIRSO

"Praceta do Alto da Feira – exceto a moradores e para cargas e descargas"

1.2 Aditar ao artigo 7.º, n.º 1, alínea a) Sul-norte, ou aproximado:

AREIAS

"Rua de Antero de Quental: no trecho compreendido entre o entroncamento com a Rua Luís de Camões e a Rua de Santiago"

SANTO TIRSO

"Rua do Jornal de Santo Tirso: no trecho compreendido entre a Rua do Penedo e a Rua da Portela."

1.3 Aditar ao artigo 7.º, n.º 1, alínea b) Norte-sul, ou aproximado:

SANTO TIRSO

"Arruamento de ligação das Ruas de Ângelo de Andrade e Dr. João Gonçalves à Rua do Tapado;

Rua do Tapado; no trecho compreendido entre o entroncamento com o arruamento de ligação às Ruas de Ângelo de Andrade e Dr. João Gonçalves e a Rua do Casal Velho."

1.4 Aditar ao artigo 7.º, n.º 1, alínea c) Poente-nascente, ou aproximado:

AREIAS

"Rua Luís de Camões."



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel +351 252 830 400
Fax +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

1.5 Aditar ao artigo 7.º, n.º 1, alínea d) Nascente-poente, ou aproximado:

AREIAS

"Rua de Santiago: no trecho compreendido entre o entroncamento com a Rua de Antero de Quental e a Rua Luís de Camões."



5. PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA PARA SALVAGUARDA DOS INTERESSES PRÓPRIOS DAS RESPETIVAS POPULAÇÕES: REFORÇO DOS VALORES PREVISTOS NA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 18/12/2013 – REALIZAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

A gestão económica e financeira das autarquias assenta no princípio constitucional da autonomia local, em geral, e da autonomia financeira, em particular;-----

A Carta Europeia de Autonomia Local define a autonomia local como o “*direito e a capacidade efetiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob a sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos*”;-----

No âmbito do princípio da autonomia local, regra geral, o exercício das responsabilidades públicas deve incumbir, de preferência, às autoridades mais próximas dos cidadãos;-----

Considerando que os autarcas eleitos nas freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações;-----

As freguesias têm uma importância fundamental na promoção do desenvolvimento local, potenciado pela proximidade às populações, sendo por isso de relevante importância a existência de meios que possam tornar mais eficientes e eficazes os papéis dos autarcas das freguesias;-----

A Lei 75/2013, de 12 de setembro, veio alargar significativamente o quadro legal de atribuições e competências da freguesias, sendo porém o seu campo de ação limitado quanto às fontes e à natureza dos recursos financeiros;-----

Pelo que, em aditamento à deliberação da câmara municipal de dezoito de dezembro último (item quatro da respetiva ata), e para reforço da capacidade das freguesias realizarem pequenas obras, proponho que a câmara municipal delibere propor à assembleia municipal que, ao



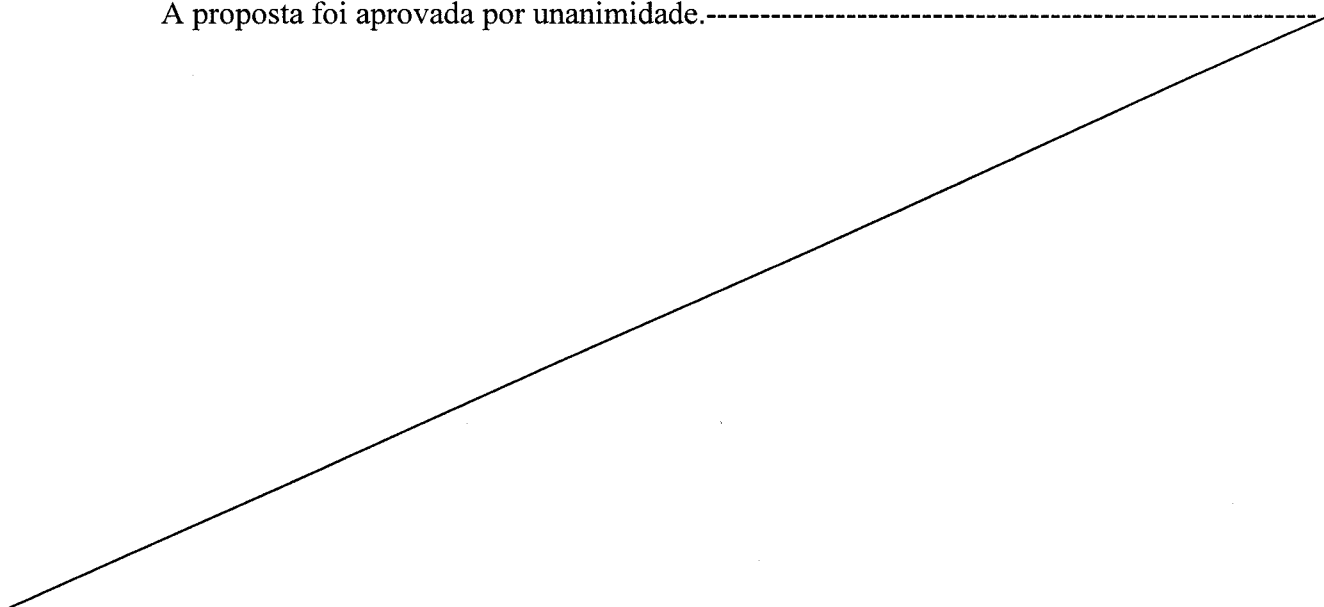
abrigo da sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do referido diploma legal, delibere apoiar financeiramente as freguesias do concelho de Santo Tirso, mediante o aumento das transferências a efetuar no ano de dois mil e catorze, para realização de despesas de capital, de acordo com os montantes previstos no quadro que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

O reforço proposto consiste na distribuição do montante de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros) pelas freguesias do concelho, para despesas de capital, a acrescer ao montante global de 476.163,00 € (quatrocentos e setenta e seis mil cento e sessenta e três euros) anteriormente deliberado. O pagamento das obras realizadas pelas juntas de freguesia, ao abrigo desta deliberação, será efectuado após informação dos serviços técnicos, a confirmar a realização das obras.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1396/2014.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade, conforme documentos números do 1551/2014 ao 1560/2014, do 1562/2014 ao 1564/2014 e 1566/2014, todos de seis do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



Freguesias/Unões de Freguesias		
	FREGUESIAS	reforço capital
		montante
1	Agrela	12.926
2	Agua Longa	15.464
3	Aves	29.236
4	Monte Cordova	19.427
5	Negrelos (S Tomé)	17.874
6	Rebordões	17.816
7	Reguenga	13.549
8	Roriz	18.427
9	Vilarinho	17.497
10	União das freguesias de Arcelas, Sequelrô, Lama e Palmeira	58.868
11	União das freguesias de Campo (São Martinho), São Salvador do Campo e Negrelos (São Mamede)	46.229
12	União das freguesias de Carreira e Refojos de Riba Ave	29.233
13	União das freguesias Lamelas e Guimarei	27.878
14	União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães	75.576
	TOTAL	400.000

DFC

06-06-2014

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 12 Fl. 38
11 de junho de 2014

A

Pelo senhor presidente e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

Declaração de voto**Proposta de transferência de verbas para as Juntas de Freguesia**

Para os edis eleitos nas listas do Partido Socialista a autonomia dos órgãos autárquicos sempre objeto de grande preocupação. Nos últimos anos temos assistido por parte do Governo a um ataque a essa autonomia. Quer na forma como foram transferidas competências sem as respetivas dotações orçamentais, quer na redução das transferências correntes e de capital que garantem parte significativa das receitas das autarquias locais.

Neste momento difícil que o País atravessa, têm sido as autarquias a substituir-se ao estado em muitas áreas cuja responsabilidade deveria ser conjunta.

Apesar deste esforço financeiro adicional à gestão da Câmara, entendemos que as Juntas de Freguesia do nosso Concelho precisam de ter alguma estabilidade e autonomia, financeira e orçamental.

Depois de decorrido cerca de meio ano, entendemos que é necessário reforçar esse valor em cerca de 400.000 euros, para despesas de capital, para melhor salvaguardar os interesses das respetivas populações.

Com a presente proposta, a autarquia irá transferir, até ao final de 2014, para as Juntas de Freguesia cerca de 3.000.000 de euros (desde do início do mandato deste executivo a 15/10/2013).

Pelo acima exposto, os edis eleitos nas listas do Partido Socialista votam favoravelmente esta proposta de transferência de verbas para as Juntas de Freguesia.

Os edis eleitos nas listas do Partido Socialista

11-06-2014

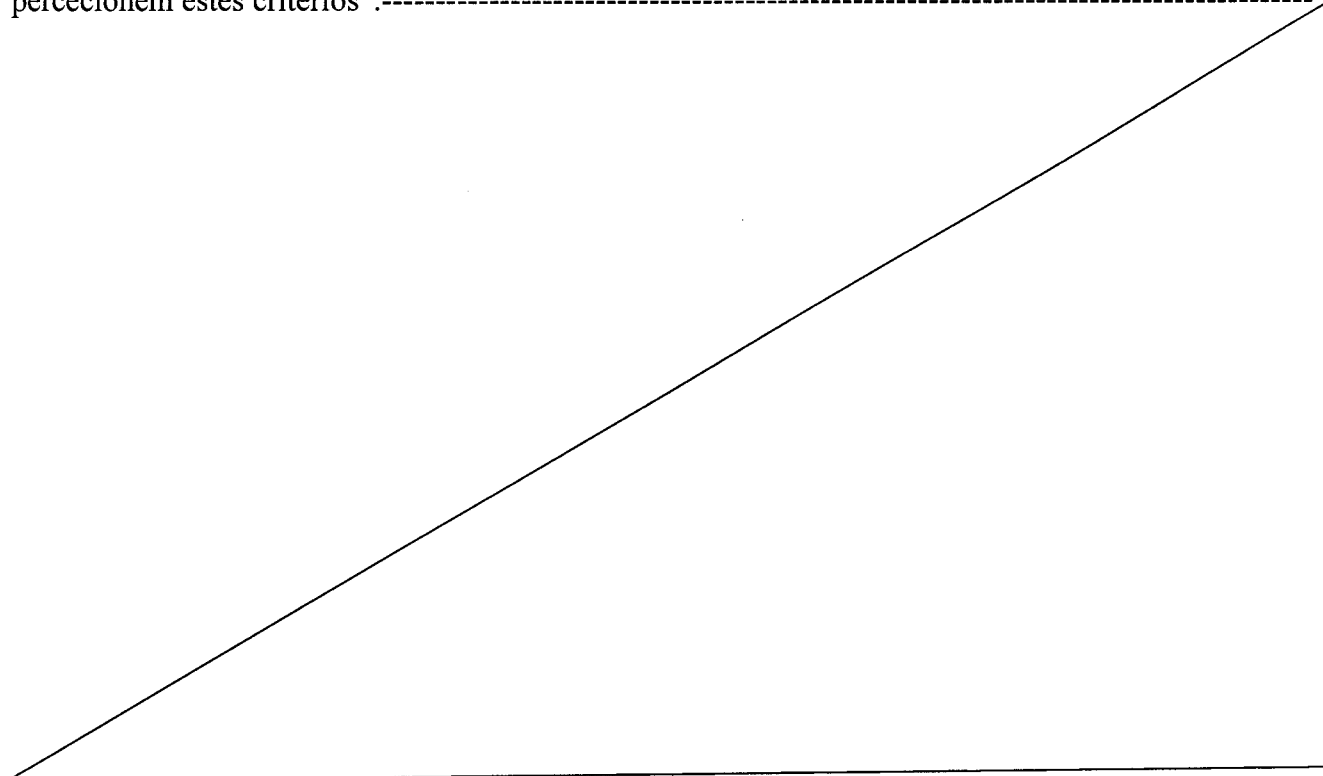


A

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do PSD/PPM subscrevem esta proposta porque estão de acordo com o seu espírito. No entanto, não perceberam, nem percebem, os critérios e a equação que suporta os valores distribuídos às diferentes freguesias que, na esmagadora maioria, não concorrem com os valores que foram distribuídos por força da deliberação de dezoito de dezembro de dois mil e treze e que tornam imperceptível os ajustamentos feitos, nalguns casos para mais e nalguns casos para menos, o que nos causa alguma perplexidade. Ficamos na expetativa, que independentemente destes quatrocentos mil euros, que consideramos globalmente reduzidos, que estejam salvaguardadas as situações de emergência, que a qualquer momento podem ocorrer nas freguesias.-----

Os vereadores do PSD/PPM ficam na expetativa que os critérios adotados sejam do conhecimento de todos os membros do executivo, e principalmente dos senhores presidentes da junta. Para nós é fundamental, por uma questão de rigor e de transparência, que os cidadãos em geral percecionem estes critérios”.-----





6. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS – “FESTAS DA VILA” / 2014.-----

Presente ofício de sete de maio findo, da junta de freguesia de S. Tomé de Negrelos, registado com o número quatro mil novecentos e noventa e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas comemorativas do 21º aniversário da elevação da freguesia de S. Tomé à categoria de Vila, que se realizaram no dia vinte e sete de maio findo.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de S. Tomé de Negrelos um subsídio no montante de 1.000,00 € (mil euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1389/2014, e remeter a presente deliberação à próxima sessão ordinária da assembleia municipal para ratificação, face à competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 1548/2014, de seis do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



A

7. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA COLÓNIAS DE FÉRIAS/2014 – 1ª FASE.-----

Presente informação do departamento de desporto, educação, cultura e ação social, de quatro do corrente mês de junho, registada com o número seis mil duzentos e vinte e seis, a sugerir a atribuição de subsídios para colónias de férias.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que no verão várias instituições do concelho promovem colónias de férias, proporcionando desse modo uma vivência saudável a milhares de crianças;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas durante o período em que decorrem as colónias de férias encerram conteúdos de elevado alcance pedagógico em vários domínios, com especial incidência para os de natureza sócio - afetiva e psicomotora, contribuindo assim para o crescimento harmonioso das crianças; -----

Considerando as atribuições do município em matéria de educação e tempos livres (alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da lei 75/2013, de 12 de setembro) e a competência da câmara municipal prevista na alínea n) do n.º 1 do artigo 33º do mesmo diploma legal, proponho que a câmara municipal delibere atribuir os subsídios abaixo referidos, no valor total de 4.960,00 € (quatro mil novecentos e sessenta euros).-----

- Agrupamento de Escolas D Afonso Henriques Aves Santo Tirso -----

-----595,00 € (quinhentos e noventa e cinco euros)

- Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso -----

-----630,00 € (seiscentos e trinta euros)

- Agrupamento das Escolas de São Martinho -----430,00 € (quatrocentos e trinta euros)

- Associação de Pais da Escola Primária de São José de Refojos -----

-----250,00 € (duzentos e cinquenta euros)

- Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 de Sobrecampos – Lamelas----



[Handwritten signature]

- 240,00 € (duzentos e quarenta euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Reguenga -----
- 390,00 € (trezentos e noventa euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância da Vinha Burgães-----
- 365,00 € (trezentos e sessenta e cinco euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância de Igreja Areias-----
- 560,00 € (quinhentos e sessenta euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Igreja – Lama -----
- 100,00 € (cem euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola do Ensino Pré e Primário da Palmeira Santo Tirso -----
- 120,00 € (cento e vinte euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 JI de Parada - Carreira -----
- 230,00 € (duzentos e trinta euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância das Fontainhas-----
- 600,00 € (seiscentos euros)
- Associação de Pais dos Alunos do Jardim de Infância do Ribeiro Freguesia de Rebordões Santo Tirso -----
- 150,00 € (cento e cinquenta euros)
- Freguesia de Campo S Salvador Campo Negrelos -----
- 300,00 € (trezentos euros)

As despesas com a atribuição dos referidos subsídios serão satisfeitas pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701 e 04050102 na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1393/2014, de seis do corrente mês de junho.-----

Os compromissos inerentes à presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade, conforme documentos números 1576/2014 a 1589/2014, de onze do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



[Handwritten signature]

APROVAÇÃO DA ATA: No final e depois de lida a presente ata, o senhor presidente propôs a aprovação da mesma, de harmonia com o previsto no nº 3 do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A ata foi aprovada em minuta por unanimidade.-----

[Large diagonal line across the page, likely indicating a signature or stamp area.]



[Handwritten mark]

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Onze horas e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem quarenta e cinco folhas, apenas utilizadas no anverso e um documento anexo (anexo I, respeitante ao item quatro), que eu *Henric*

Adriana Sofia da Silva
funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

[Handwritten signature]

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 24/06/2014, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas uma e um da respetiva minuta).-----

A Secretária,

Adriana Sofia da Silva